

Desindustrialização e reestruturação do espaço na metrópole de São Paulo: o caso do Jaguaré

Lívia Fioravanti

Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Desindustrialização, reestruturação do espaço, valorização imobiliária, Jaguaré.

Introdução

Durante os últimos quarenta anos o distrito do Jaguaré, na zona oeste do município de São Paulo, tem sofrido intensas transformações sócio-espaciais: deixa de ser marcado pela atividade industrial e se torna espaço privilegiado para a construção de empreendimentos imobiliários residenciais, em um forte processo de verticalização. As transformações socioespaciais no Jaguaré evidenciam, de certo modo, a passagem do capital industrial para o capital financeiro no processo de produção do espaço urbano. Se a urbanização de São Paulo esteve fortemente atrelada ao processo de industrialização, atualmente, com a predominância do capital financeiro no processo de reprodução do capital, antigos espaços industriais se reestruturam, adquirindo novos usos mesmo que os usos industriais ainda persistam como resíduos ou com novas características.

Há uma perda da importância da atividade industrial em São Paulo em relação a outras atividades econômicas, com um avanço das atividades de serviços e condomínios residenciais sobre os antigos espaços da cidade marcadamente industriais. Esses espaços de desindustrialização hoje são alvo das construtoras imobiliárias, pois os galpões industriais abandonados favorecem a construção de grandes empreendimentos residenciais e se localizam, muitas vezes, em áreas cuja valorização imobiliária ocorre de maneira mais intensa.

A reestruturação do capital não altera, no entanto, os espaços da metrópole de maneira homogênea, na medida em que possuem singularidades e são incorporados em diferentes intensidades à reprodução do capital. Neste sentido, as transformações socioespaciais do Jaguaré apresentam particularidades relacionadas à sua situação geográfica: até a década de 1980 considerado como espaço periférico da cidade de São Paulo, hoje é influenciado pelo dinamismo do eixo sudoeste da valorização imobiliária da metrópole, se consolida centralidade e passa por forte valorização imobiliária devido à sua grande acessibilidade para outros locais da Região Metropolitana de São Paulo e à concentração de áreas verdes em seu entorno.

Na medida em que este artigo procura investigar o papel da concentração industrial na produção do espaço do Jaguaré entre as décadas de 1940 e 1970 e de que modo a posterior desindustrialização do distrito contribuiu para sua reestruturação urbana a partir da década de 1990, consideramos importante detalhar o surgimento do Jaguaré enquanto um distrito industrial na cidade de São Paulo, discutir os conceitos de desconcentração e de desindustrialização e elucidar alguns elementos em sua atual constituição como uma centralidade na metrópole.

Uma discussão sobre industrialização e urbanização

Atualmente, os processos que se espacializam na metrópole superam a realidade industrial e produzem novos conteúdos em sua urbanização (RAMOS, 2001). Para entender este novo momento da produção do urbano e as transformações socioespaciais no Jaguaré desde a sua constituição enquanto distrito industrial é preciso retomar parte de um período do crescimento e expansão de São Paulo em que a produção do urbano ainda estava diretamente relacionada à industrialização.

A urbanização na cidade de São Paulo foi fortemente atrelada ao processo de industrialização, que se consolidou como um fator central para a estruturação dos bairros paulistanos principalmente em suas fases mais antigas. No início do século XX, São Paulo já surgia como um centro urbano no qual o parque fabril das indústrias tradicionais encontrava condições favoráveis ao seu desenvolvimento (COSTA, 1982). A localização de uma indústria relacionava-se, em grande parte, com a distância em relação ao mercado, à mão-de-obra, aos recursos naturais e às matérias-primas.

As limitações financeiras e a pouca competitividade inicial da indústria induziam a uma preferência por localizações intra-urbanas. A instalação das plantas industriais na cidade obedecia, no entanto, a certa lógica: preferencialmente em áreas centrais e seus arredores, pois tentavam aproveitar o acesso aos serviços de infra-estrutura urbana e às facilidades de transporte que as vias férreas que cortavam o centro propiciavam.

As condições favoráveis ao processo de concentração industrial em São Paulo podem ser exemplificadas pelo menor custo de produção devido à facilidade de obtenção de energia elétrica, pelo sistema ferroviário, pela mão-de-obra disponível e pelo mercado consumidor em expansão da cidade. Segundo Pádua (2007), os primeiros bairros industriais da cidade datam das duas últimas décadas do século XIX e foram justamente os cortados pelas ferrovias, inicialmente construídas para convergir às principais rotas do café na cidade de São Paulo e desta enviar para exportação ao Porto de Santos (RAMOS, 2001). Embora as ferrovias tenham sido construídas antes da atividade industrial, foram um importante fator para a localização da atividade industrial, favorecendo sua expansão.

Os eixos principais de localização industrial que se destacavam no século XX eram os formados pelas estradas de ferro Santos-Jundiaí e Sorocabana. A primeira ferrovia abrangia o trecho entre os bairros Moóca e Vila Prudente, já a segunda interligava os bairros centrais à Barra Funda (COSTA, 1982). Os bairros industriais que surgiam ao longo da ferrovia, notadamente através das várzeas do rio Tietê e Tamanduateí, muitas vezes foram constituídos em terrenos de várzea, alagáveis e baixos e, portanto, pouco valorizados para loteamentos residenciais¹. Além disso, o barulho constante dos trilhos e dos trens a vapor, aliados à distância relativamente grande do centro da cidade, contribuía para dificultar o uso residencial dessas áreas.

No início do século XX, os setores de serviços e os bairros residenciais se expandem para as zonas sul e oeste da cidade. Nesse mesmo período, os entroncamentos ferroviários das linhas Santos-Jundiaí e Central do Brasil (São Paulo – Rio) na zona leste ajudam a explicar a concentração industrial em bairros como Brás, Belenzinho, Moóca, Belém, Penha e Tatuapé.

Da mesma maneira que a Santos – Jundiaí favoreceu a industrialização do trecho entre os bairros Moóca e Vila Prudente, a estrada de ferro Sorocabana, com trajeto em direção a oeste e

¹ Os terrenos de várzea, que no início do processo de industrialização e urbanização da cidade de São Paulo eram desvalorizados, são posteriormente valorizados com a transformação das várzeas em forças produtivas com a constituição de um espaço voltado à circulação, conforme Seabra (1987).

construída em período posterior, foi um dos pressupostos para a industrialização dos bairros do Bom Retiro, Barra Funda e Lapa. O parque industrial, restrito aos arredores das áreas centrais, passa, a partir das primeiras décadas do século XX, a se expandir para áreas mais afastadas do centro, acompanhando ainda os eixos preferenciais representados pelas vias férreas que cortavam o município (COSTA, 1982). Neste contexto, podemos entender a localização dos distritos industriais do Jaguaré e de Santo Amaro, cujo processo de industrialização pode ser considerado recente em relação aos demais espaços industriais mais centrais da cidade (PÁDUA, 2007).

Um importante marco, tanto na expansão urbana de São Paulo quanto na constituição de novas áreas industriais, dentre elas o Jaguaré, foi a retificação do rio Pinheiros e do Tietê, a partir das décadas de 1930. Segundo Seabra (1987:7), “as obras de retificação criaram as possibilidades de certa e relativa mobilidade de indústrias no espaço da cidade”. Com as retificações, a várzea do Rio Tietê foi ocupada praticamente em toda sua extensão, no município de São Paulo, por galpões industriais ou galpões de atividade de suporte à atividade industrial, sobretudo o setor de estocagem, distribuição e transporte.

A várzea do Rio Pinheiros, por sua vez, foi ocupada, em sua maior parte, por loteamentos residenciais. A retificação do Rio Pinheiros e a implantação de uma rede viária sobre os terrenos de sua várzea criaram novas possibilidades de uso do solo urbano e integraram várias áreas que hoje pertencem à metrópole. As estratégias de valorização das terras em direção ao Rio Pinheiros, no entanto, tornaram-nas muito caras para que nelas se generalizassem usos industriais, com exceção do Distrito Industrial do Jaguaré (**foto 1**) e da Vila Leopoldina, ao norte do Rio Pinheiros, e do Distrito Industrial de Jurubatuba, entre Interlagos e Socorro, e de Santo Amaro, ao sul (SEABRA, 1987; PÁDUA, 2007).



Foto 1. Em primeiro plano, Distrito Industrial do Jaguaré. Em segundo plano, Marginal Pinheiros, indicando um importante papel da circulação na localização industrial. Livia Fioravanti. 19 set. 2008.

Esses distritos se destacaram como áreas industriais no percurso do Rio Pinheiros e no conjunto da indústria paulistana em meados do século XX, constituindo-se justamente nas áreas industriais cuja consolidação foi mais recente do que aquela dos bairros mais centrais de São Paulo². A retificação dos rios Tietê e Pinheiros, seguida pela construção do sistema viário das marginais na década de 1960, contribuía para diminuir as inundações e para facilitar a circulação, permitindo a instalação de grandes empreendimentos industriais e sinalizando um novo padrão de localização industrial, não mais a proximidade das ferrovias, mas também nos arredores das estradas próximas às cidades. Especificamente em relação ao distrito do Jaguaré, para Goldenstein e Rossini (1972: 33):

Pode-se dizer que o bairro existe graças às obras de retificação dos rios Pinheiros e de seus dois formadores (o Grande e o Guarapiranga), feita tendo em vista o aumento do potencial do reservatório Billings. O leito do Pinheiros era sinuoso e de fraca declividade, percorrendo uma várzea freqüentemente inundável. Até a retificação o Pinheiros marcava, de certa forma, o limite do aglomerado urbano da capital, pois a oeste da várzea inundável – excluídos os centros afastados, como Osasco, por exemplo – só havia residências isoladas e pequenas instalações industriais.

A situação geográfica do Distrito Industrial do Jaguaré

O Jaguaré foi concebido na década de 1930 para se consolidar como um distrito industrial, com separação entre áreas industriais e áreas residenciais. O responsável pelo planejamento do distrito, que acreditava que “apenas o desenvolvimento da economia industrial promove a elevação do nível de vida da população ou de um país”, estudou detalhadamente a implantação de um distrito industrial, cuja localização foi, a partir de uma série de critérios, escolhida no Jaguaré (VILLARES, 1946: 23). Para Damaso (2002), o Jaguaré apresentava condições propícias para atender às demandas do capital industrial na medida em que possuía locais para a instalação das indústrias em um momento caracterizado por uma desconcentração industrial em direção às áreas mais distantes do centro da cidade.

O distrito do Jaguaré foi escolhido justamente por, durante sua implantação, se localizar na periferia de São Paulo. “A tendência natural dos estabelecimentos fabris é a deslocar-se para a periferia urbana (...) movimento este dia a dia mais acentuado e comum a todos os grandes centros manufatureiros, como São Paulo” (VILLARES, 1946: 27-29). Villares (1946: 38) ressalta, no entanto, que “embora situado fora da cidade [centro da cidade], o bairro industrial não pode se isolar dela pela acessibilidade difícil e morosa”. Desse modo, ainda que na periferia de São Paulo, o Jaguaré possuía uma distância relativamente pequena em relação ao centro da cidade.

Dentre os fatores que levam a uma localização mais afastada das áreas mais centrais e onde já existiam concentrações industriais, o autor ressalta a valorização do solo urbano nas áreas mais centrais em um processo decorrente do “progresso da cidade e do crescimento econômico”, a

² É interessante apontar que são justamente as áreas industriais do Jaguaré e de Santo Amaro, formadas com retificação do Rio Pinheiros, que atualmente se destacam como os extremos norte e sul, respectivamente, do eixo sudoeste de valorização imobiliária no município de São Paulo. Essa grande valorização pode ser explicada pela localização desses distritos ao lado de uma das vias de circulação mais importantes de São Paulo (Marginal Pinheiros) e pela presença dos hoje abandonados galpões industriais.

possibilidade da ampliação das instalações industriais já existentes devido a grandes terrenos ainda desocupados, vias de acesso relativamente livres de congestionamento e possibilidades de ligação ferroviária direta. Ainda que localizado em uma área considerada por Villares como periférica na cidade, a circulação do bairro era privilegiada na medida em que estava próximo de estradas que favoreciam o transporte a norte e a nordeste da cidade e contava com ramais férreos que se comunicavam com as principais linhas férreas do estado de São Paulo.

A área industrial do Jaguaré foi formada por um aterro de um trecho de várzea do Rio Pinheiros, com idéias caracterizadas por um urbanismo higienista combinadas com as de Le Corbusier (SILVA, 2006). Segundo Goldenstein e Rossini (1972), o Distrito Industrial do Jaguaré foi feito com todas as características de loteamento industrial, com as áreas destinadas às indústrias delimitando as residenciais. A expansão industrial no Jaguaré intensificou-se a partir da década de 1950. No início da década de 1970, o distrito abrigava aproximadamente 80 indústrias, principalmente serrarias, mecânicas e metalúrgicas.

Pádua (2007) ressalta em sua pesquisa que Santo Amaro apresentou um período curto de dinamismo industrial se comparado aos outros bairros industriais de São Paulo que começaram a se industrializar desde o final do século XX. Da mesma forma, podemos dizer que o distrito do Jaguaré, cuja atividade industrial consolidou-se no mesmo período do que Santo Amaro, também apresentou um curto período de dinamismo industrial. Em um primeiro movimento de análise, o distrito do Jaguaré tinha importantes características para se consolidar como um importante bairro industrial em São Paulo. Segundo Silva (2006: 89), “não se trata apenas de um bairro operário, não se trata apenas de terrenos para as indústrias, localizados à beira da ferrovia, é tudo isso mais a retificação do Rio, mais as indústrias Matarazzo e outras, mais as estradas, mais as inspirações vindas de Detroit etc”. Entretanto, até o ano de 1969, as indústrias no Jaguaré ocupavam apenas cerca de 20% da área industrial prevista no plano urbanístico de Villares (GOLDENSTEIN e ROSSINI, 1972).

A baixa utilização dos lotes industriais e o curto dinamismo industrial do distrito podem ser explicados pelo próprio processo de urbanização, que acabou freando a industrialização. A própria situação geográfica do distrito levou a uma grande valorização do preço do solo urbano e, em poucos anos, passou a haver um grande congestionamento na metrópole e conseqüente elevação do tempo gasto com a circulação das mercadorias. Esses aspectos, somados aos incentivos fiscais em áreas mais afastadas da metrópole, contribuíram para a desindustrialização do Jaguaré e para sua desconcentração industrial em relação a outras áreas tanto da Região Metropolitana quanto do estado de São Paulo.

A passagem do capital industrial para o capital financeiro na estruturação do espaço urbano

Partimos da premissa de que o ciclo do capital envolve, em cada momento histórico, condições diferenciadas para sua realização. Há um movimento de passagem da primazia do capital industrial para o capital financeiro, que modifica a maneira pela qual a reprodução capitalista produz e apropria os espaços, reestruturando, especificamente, os espaços urbanos. Para Lencioni (1991), essa dinâmica da reprodução do capital, em diferentes momentos históricos e relacionada ao desenvolvimento desigual do espaço, é a chave para pensar a nova estrutura espacial do espaço urbano.

Harvey (1992) discute a passagem do fordismo para o regime da acumulação flexível no processo de produção industrial na década de 1970. Embora esse processo seja uma tendência, com

continuidades e descontinuidades, gera profundas transformações no espaço urbano. Soja (1993) ressalta que tanto no período fordista quanto no regime da acumulação flexível há o princípio do “desenvolvimento geograficamente desigual”. Acreditamos ser justamente esse “desenvolvimento desigual” um dos fatores para a reestruturação dos espaços, que apenas se modificam em função de outros espaços articulados a eles, seja em maiores seja em menores escalas.

Com as mudanças no processo produtivo, em um movimento pós-década de 1970, e com a passagem de uma cidade predominantemente industrial para uma metrópole financeira, antigos espaços industriais passam a se desindustrializar. Muitas indústrias passaram a se localizar em áreas mais afastadas do município devido ao elevado preço do solo urbano em comparação com outras áreas, com impostos mais baixos e incentivos fiscais. O próprio congestionamento na área metropolitana passou a elevar os custos do tempo de circulação das mercadorias.

O deslocamento das indústrias, que gera uma desindustrialização em determinados fragmentos da metrópole, ocorre, no entanto, de maneira concentrada: as sedes das indústrias permanecem em São Paulo e o setor produtivo é transferido para uma área relativamente próxima da capital. Há, dessa maneira, uma desconcentração do setor produtivo e uma centralização cada vez maior do capital (CARLOS, 2004). Não se perde o controle do processo de valorização do capital, que persiste e se afirma em uma metrópole que se desconcentra (LENCIONI, 1991).

A atividade industrial constitui-se como um importante fator na estruturação e nas diferenças geradas entre e pelos os espaços. Neste sentido, devido a essas novas estratégias de reprodução do capital, as indústrias no Jaguaré começaram a escassear a partir da década de 1970. Já em na década de 1980, o Jaguaré começa a perder suas características de distrito industrial, intensifica seu caráter residencial e passa por forte processo de verticalização. Muitos galpões industriais abandonados ou antigos depósitos (**Foto 2**) passam a configurar a paisagem do distrito ou são substituídos por empresas prestadoras de serviços ou por condomínios residenciais de médio e de alto padrão.

Nas metrópoles a indústria ocupou e ocupa grandes áreas que, em sua maioria, foram incorporadas pela mancha urbana com o crescimento das cidades. No momento em que a indústria diminui sua produção nestas áreas, desocupa muitos terrenos, revelando a sua localização no contexto da metrópole como fundamental. Estas áreas passam inicialmente por uma inescapável desvalorização, dada a deterioração dos edifícios fabris e do entorno. Podem tornar-se, portanto, áreas “reserva” para a atuação dos empreendedores imobiliários. Ou seja, podem vir a ser áreas de valorização (PÁDUA, 2007: 11).



Foto 2. Galpão da extinta Cooperativa Agrícola de Cotia, parcialmente demolido.
Livia Fioravanti. 13 set. 2008.

Carlos (2004) ressalta que o deslocamento da indústria na metrópole e uma maior importância do setor terciário na dinâmica econômica revelam uma primazia do capital financeiro, que passa a se realizar como um processo de produção de um espaço específico. Carlos (2004: 58) completa afirmando que há uma mobilidade “do capital-dinheiro que deixa de direcionar-se, preferencialmente, para a produção de mercadorias – na indústria – para voltar-se à produção do espaço, como mercadoria passível de gerar lucros maiores do que o setor industrial, em crise”. A reprodução do capital financeiro, atualmente articulado ao setor imobiliário, passa a ocorrer por meio do espaço, produzindo o espaço enquanto exigência de um novo padrão de acumulação.

Estabelece-se um movimento de passagem da predominância/presença do capital industrial produtor de mercadorias destinada ao consumo individual (ou produtivo) à predominância do capital financeiro que produz o espaço como mercadoria, como condição de sua realização. Todavia, convém esclarecer que o espaço-mercadoria, tornado “produto imobiliário”, transforma-se numa mercadoria substancialmente diferente daquela produzida até então, pois trata-se, agora, de uma mercadoria essencialmente voltada ao “consumo produtivo”, isto é, entendido como lugar da reprodução do capital financeiro em articulação estreita com o capital industrial (basicamente o setor da construção civil), que pela mediação do setor imobiliário transforma o investimento produtivo no espaço, sobrepondo-se ao investimento improdutivo, regulando a repartição das atividades e usos (CARLOS, 2004: 52).

Nesse contexto de transformação do espaço em mercadoria e dos fragmentos do espaço urbano em “produtos imobiliários”, cabe investigar detalhadamente o processo de transformação de

antigos espaços industriais em São Paulo a partir dos conceitos de reestruturação, desconcentração industrial e desindustrialização. Para Lencioni (1991: 214), o conceito de “reestruturação envolve tanto aspectos sociais quanto espaciais” e as transformações recentes da estrutura urbano-industrial paulista conduzem a uma (re) estruturação do espaço. A reestruturação do espaço seria parte de reestruturações mais amplas do modo de produção capitalista.

Segundo Smith (1996: 22), a “reestruturação do espaço urbano conduz a uma simultânea, assim como subsequente, decadência e redesenvolvimento, desvalorização e revalorização”. Em diferentes momentos históricos, com distintas estratégias de reprodução do capital, os processos de desvalorização e de desvalorização são resultado de mudanças nas formas e nas funções de determinado fragmento do espaço urbano.

Novas formas de produção do espaço urbano contribuem a instauração de novas práticas socioespaciais (...). Esse processo gera a redefinição da própria estrutura urbana, a partir da concepção de que a estrutura urbana se modifica continuamente a partir da combinação de formas e papéis urbanos orientando os modos de uso e de apropriação do espaço urbano. Quando o conjunto dessas mudanças é rápido, intenso e profundo, pode-se fazer referência então a uma reestruturação urbana, propostos por Soja (1993) (SPÓSITO, 2004a: 136).

Essas grandes transformações no espaço urbano exigem, necessariamente, a valorização de determinadas áreas em detrimento de outras e conduzem a reestruturações urbanas articuladas, a nosso ver, ao que Lencioni (1991) chama de “reestruturação urbano-industrial”. A reestruturação urbano-industrial paulista relaciona-se, desse modo, à reestruturação urbana de determinados fragmentos da metrópole – também devido ao processo de desindustrialização – e seria baseada nos mecanismos de concentração e centralização do capital e produto da transição para um novo regime de acumulação, ou seja, do fordismo para a produção flexível (LENCIONI, 1991).

Para a análise do processo de reestruturação urbana, tanto em relação ao Jaguaré quanto em relação a espaços mais amplos, é essencial detalhar os conceitos de desconcentração e desindustrialização, que, “apesar de intrinsecamente relacionados, são processos essencialmente distintos e que devem ser abordados na perspectivas das escalas espaciais de sua ocorrência, pois estão profundamente ligados a elas” (RAMOS, 2001: 92). Para Ramos (2001), há um processo de desconcentração industrial, sem descentralização, e com alguns processos pontuais de desindustrialização particularmente no município de São Paulo por motivos relacionados às transformações nos processos de industrialização e de urbanização da metrópole.

A desconcentração industrial, segundo o autor, se articula ao resto do país e a outras áreas do estado de São Paulo, devendo ser pensada a partir de uma análise interespaçial. Nesse processo, a atividade industrial de determinado espaço perde importância relativa se comparada à outra área, como é o caso da Região Metropolitana de São Paulo em relação ao interior do estado. A partir da década de 1970, segundo Pádua (2007: 30), o “espaço da metrópole tornava-se desinteressante do ponto de vista da produtividade”. Surgiram altos custos financeiros devido ao congestionamento na metrópole, elevaram-se os custos dos terrenos disponíveis para a expansão industrial, expandiram-se e modernizaram-se as rodovias que ligam ao interior e implantaram-se incentivos fiscais e doação de terrenos em alguns centros urbanos industrializados mais afastados da metrópole. Além disso, passou a haver, segundo o autor, uma necessidade de terrenos amplos para ampliações futuras das indústrias, compatível com empresas de grande porte e planejamento

em longo prazo. As técnicas e aparatos produtivos passaram a exigir construção horizontal, que demandavam terrenos de custos muito elevados na capital (COSTA, 1982).

Parte da desconcentração industrial foi impulsionada pela ação estatal principalmente a partir de meados da década de 1950. O governo passava, nesse período, a incorporar a “descentralização industrial” como importante caminho para a integração econômica nacional e cuja meta seria amenizar as disparidades regionais brasileiras. No entanto, consolidou-se o crescimento urbano industrial do Sudeste, especialmente de São Paulo. O espraiamento da indústria manteve-se, portanto, dentro da área mais industrializada do país, gerando, para Lencioni (1991: 64), uma “desconcentração concentrada”. A desconcentração do setor produtivo passava, segundo a autora, a ocorrer em uma área concentrada e circunscrita pelo raio de 150 quilômetros da capital, indo além dessas distâncias pelos eixos Anhanguera, Castelo Branco e Dutra. Segundo Lencioni (1991: 29), “as transformações da indústria paulista mantiveram a tendência à aglomeração industrial nas regiões administrativas de Campinas, Sorocaba, Vale do Paraíba, Ribeirão Preto e Bauru”.

Com o processo de desconcentração industrial, o interior paulista passou a receber novos ramos industriais – além daqueles relacionados aos bens de consumo não duráveis – e houve uma perda relativa da importância industrial da Região Metropolitana de São Paulo em relação ao interior do estado, que passou, a partir dos anos 1970, a se distinguir como o segundo espaço industrial do país³, seguindo a Região Metropolitana. Reforça-se e consolida-se a metrópole desconcentrada e a primazia da capital (LENCIONI, 1991). Segundo a autora (1991), a reestruturação urbano-industrial do Estado de São Paulo foi impulsionada pela concentração e centralização do capital e pela homogeneização das condições gerais de sua reprodução, levando a um adensamento, consolidação e ampliação da metrópole de São Paulo, reproduzindo-a como “metrópole desconcentrada”.

A desconcentração industrial não resulta do poder de atração dos grandes centros urbanos, mas da maior flexibilidade de localização resultante da extensão territorial deste poder. Inovações tecnológicas e gerenciais permitiram a ampliação desta flexibilidade na medida em que a área de produção pode distanciar-se do centro de decisões (LENCIONI, 1991: 68)

Embora se amplie o espaço metropolitano, há, no entanto, uma reiteração da primazia da capital na medida em que o que se desconcentra espacialmente é, na maior parte dos casos, o setor imediatamente produtivo das empresas e não a empresa ou grupo industrial como um todo. Os mecanismos de controle e decisão de produção continuam na capital devido às facilidades propriamente urbanas, como concentração de redes de comunicação, de serviços especializados,

³ A cidade de São Paulo ainda se destaca por possuir 48,1% dos trabalhadores e 65,2% do número de estabelecimentos da Região Metropolitana de São Paulo, que, por sua vez, concentrava 43,2% dos postos de emprego e 46,8% dos estabelecimentos industriais do estado em 2005. Em relação à participação no valor adicionado da indústria, houve, devido ao processo de desconcentração industrial, uma redução da Região Metropolitana em relação ao restante do estado de São Paulo: de 60% do valor adicionado estadual em 1996 para 52,7% em 2001 (PAEP, 2001). A queda na Região Metropolitana neste indicador foi acompanhada pelo crescimento do mesmo nas Regiões Administrativas de seu entorno de 88% em 1996 para 90% em 2001 (PAEP 2001).

de atividades financeiras e de gestão das empresas (LENCIONI, 1991). Pádua (2007) afirma que a centralização da gestão na capital contribui para a implantação de novas centralidades de negócios na metrópole, localizando-se em algumas áreas e configurando pólos ligados aos serviços financeiros e administrativos, entre os quais se destaca cada vez mais o vetor sudoeste de São Paulo. A desconcentração industrial relaciona-se, portanto, a um controle do processo de valorização do capital, que se concentra e se centraliza ainda mais. Neste contexto, deve-se fazer uma crítica, segundo Costa (1982) e Lencioni (1991), aos conceitos de “interiorização da indústria” e de “descentralização”. A “descentralização”, por exemplo, “identifica a forma material (dispersão das atividades econômicas) com sua forma social, obscurecendo a compreensão do processo social que é centralizador e concentrador” (LENCIONI, 1991: 77).

O processo de desconcentração industrial articula-se à desindustrialização em determinados fragmentos da metrópole. Segundo Ramos (2001), o termo desindustrialização não deve ser aplicado à área metropolitana como um todo, pois a atividade industrial ainda mantém uma importância muito grande na metrópole considerada em sua totalidade e existem somente algumas áreas bem limitadas no interior da metrópole e especialmente dentro do município de São Paulo que se desindustrializam, como acreditamos ser o caso do distrito do Jaguaré.

O processo de desconcentração nos remete a uma escala menor, regional ou até mesmo nacional, na medida em que se trata de um processo dinâmico que envolve uma relação inter-espacial. O setor produtivo das indústrias se desloca de um local para outro, mas no interior de um espaço mais abrangente. Já o processo de desindustrialização nos remete a uma escala maior, local, na medida em que, como vimos, o processo de desindustrialização ocorre na metrópole de maneira fragmentada no espaço e caracterizando mudanças significativas em determinados bairros, especialmente no município de São Paulo (RAMOS, 2001: 94).

O conceito de desindustrialização estaria relacionado, portanto e segundo Pádua (2007), a áreas específicas na metrópole onde a indústria era a atividade predominante e passa a perder importância para outras atividades econômicas, como as relacionadas ao setor terciário, ou deixa de existir. O movimento de transformação dos espaços industriais não significa, desse modo, o desaparecimento da indústria na metrópole de São Paulo, “mas a sua reprodução em um movimento em que a hegemonia nas diretrizes dos mecanismos da acumulação passa a, cada vez mais, se localizar no âmbito financeiro” (PÁDUA, 2007: 18).

A desindustrialização na metrópole ocorre, desse modo, de maneira fragmentada e gera mudanças significativas em determinados bairros, especialmente no município de São Paulo (RAMOS, 2002). Os espaços de desindustrialização caracterizam algumas das antigas áreas industriais da metrópole, como Água Branca, Lapa, Pari, Barra Funda, Bom Retiro, Brás, Belenzinho, Moóca, Santo Amaro, Vila Leopoldina e Jaguaré. Esses bairros, segundo Ramos (2001), se formaram e foram incorporados à cidade de São Paulo como bairros industriais e operários, no decorrer da industrialização brasileira em condições sociais, políticas, econômicas e geográficas absolutamente distintas da década do final de década de XX, quando se inicia o processo de desconcentração industrial, articulado ao de desindustrialização.

Houve uma alteração na articulação entre industrialização e urbanização: a industrialização não é mais o ponto de partida para a urbanização e hoje esses espaços em

desindustrialização são incorporados à metrópole com novas e distintas funções. De acordo com Pádua (2007), esses antigos espaços industriais que hoje se desindustrializam foram constituídos em diferentes momentos da industrialização da Região Metropolitana e atualmente adquirem diferentes sentidos na reprodução do espaço da metrópole de acordo com a localização e acesso dessas áreas. A reestruturação urbana desses antigos espaços industriais se realizaria de acordo com o papel de cada área no contexto da metrópole.

Ressaltamos que, com as alterações no processo produtivo, modificam-se também as exigências de cada indústria em relação às condições gerais de produção, em alguns casos ainda encontram concentradas na Região Metropolitana de São Paulo, como mercado de trabalho qualificado, pesquisas e desenvolvimento tecnológico, circulação eficaz e mercado consumidor, além de uma série de serviços como hotéis, aeroportos, seguradoras, assessorias, agências de publicidade e propaganda. Se por um lado, alguns bairros de São Paulo e algumas áreas da Região Metropolitana passam por um processo de desindustrialização, algumas áreas dentro do espaço metropolitano ainda concentram principalmente indústrias de confecção e vestuário, de edição, impressão e reprodução de gravações, farmacêuticas, de informática e de produção de material elétrico e automobilísticas (PAEP, 2001).

Considerações Finais

Por um lado, a saída do setor produtivo da atividade industrial contribui para a reestruturação do espaço em determinados fragmentos da metrópole paulistana, que passam – muitas vezes e como é o caso do Jaguaré – a se constituir enquanto novos eixos de valorização e expansão do capital e se consolidam como centralidades na metrópole. Por outro, ressaltamos que o deslocamento das indústrias contribui para gerar transformações socioespaciais também nos locais ou nas próprias cidades que passaram a abrigá-las.

O processo de desconcentração industrial no estado de São Paulo, e, especificamente, de desindustrialização no Jaguaré, conduz, conforme já discutimos, a uma reestruturação do espaço. Surgem novas funções e usos no distrito em detrimento do antigo uso industrial: terrenos disponíveis para a construção de empreendimentos favorecem, portanto, a passagem da primazia do capital industrial para do capital financeiro, atualmente articulado ao setor imobiliário, na produção do espaço. Assim como o Jaguaré, algumas áreas na metrópole que passam por uma desvalorização ou deterioração física dos galpões industriais podem se tornar áreas passíveis de valorização por parte do mercado imobiliário devido à disponibilidade de terrenos para a construção de grandes empreendimentos.

A passagem dos antigos usos industriais para os residenciais deve ser, ainda, acelerada pela Operação Urbana Vila Leopoldina-Jaguaré, idealizada no Plano Regional Estratégico de São Paulo em 2004. Na medida em que os antigos espaços industriais em São Paulo passam a se desindustrializar e adquirir novos usos, as Operações Urbanas surgem como um mecanismo eficaz de controle e direcionamento desses novos usos, intensificando o processo de valorização imobiliária. Muitas das Operações Urbanas passaram a ser formuladas, portanto em antigas áreas industriais da cidade, como podemos perceber pela Operação Urbana Água Branca ou pela Operação Urbana Vila Leopoldina – Jaguaré. Segundo Ramos (2001), as Operações Urbanas estimulariam a saída das indústrias como parte de uma política de “embelezamento do espaço”.

A Operação Urbana Vila Leopoldina – Jaguaré e a construção de condomínios residenciais de médio e de alto padrão no distrito sugerem, novamente, um estudo da articulação do capital financeiro com o setor imobiliário. Para Silva (2006), as Operações Urbanas surgiram

para possibilitar a continuidade do processo de verticalização e os espaços industriais favoreceriam a negociação dos coeficientes de construção e de grandes lotes, não exigindo muitas manobras para possibilitar altos índices de rentabilidade. A Operação Urbana Vila Leopoldina – Jaguaré, em um claro exemplo de articulação do Estado com o capital financeiro, permitirá a construção ainda mais intensa de empreendimentos imobiliários em substituição aos galpões industriais, em um processo possibilitado pela desindustrialização e desconcentração industrial.

Neste contexto, o distrito do Jaguaré surge, portanto, como um antigo espaço industrial, um posterior espaço de desvalorização e, devido à sua situação geográfica estratégica na metrópole, como um novo eixo de expansão do capital. A situação geográfica do distrito, marcada pela concentração de áreas verdes (representadas principalmente pelo Parque Villa Lobos e pela Cidade Universitária) e por grandes vias de circulação desde a década de 1980, é atualmente um importante atrativo na venda dos novos empreendimentos residenciais (**foto 3**), que passam a vender a “acessibilidade” e o “verde”.



Foto 3. Empreendimento residencial no distrito do Jaguaré. Livia Fioravanti. 03 fev. 2009.

Referências Bibliográficas

ARIZONO, M. *O distrito industrial do Jaguaré*. São Paulo: FAU, 1974.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro. In: _____. & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). *Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI*. São Paulo: Contexto, 2004.

COSTA, Wanderley Messias da. *O processo contemporâneo de industrialização – um estudo sobre a expansão da produção industrial em território paulista*. São Paulo, 1982. 217 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

DAMASO, Hellen Cristina. *Às margens dos trilhos do trem: a expansão da favelização no bairro do Jaguaré*. São Paulo, 2002. 81 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

GOLDENSTEIN, Léa; ROSSINI, Rosa Ester. O Distrito Industrial do Jaguaré, SP. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 47, p. 30-72. 1972.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LENCIONI, Sandra. *Reestruturação urbano-industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo: a indústria têxtil*. São Paulo, 1991. 297 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 82, p. 45-64, set. 2005.

PADUA, Rafael Faleiros. *Implicações socioespaciais de desindustrialização e da reestruturação do espaço em um fragmento da metrópole de São Paulo*. São Paulo, 2007. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PESQUISA da Atividade Econômica Paulista (PAEP). Material disponível em <<http://www.seade.gov.br/ produtos/paep/>>. Acesso em: 26 out. 2008.

RAMOS, Aluísio. Desindustrialização na Metrópole Paulistana – o caso da Água Branca. *GEOUSP*, São Paulo, n. 10, p. 91-111. 2001.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Os meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros – Valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo*. São Paulo, 1987. 323 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SILVA, Flávia Elaine da. *Favela, que negócio é esse? – um estudo sobre o projeto de urbanização da favela do Jaguaré no contexto dos negócios urbanos e sua reprodução crítica*. São Paulo, 2006. 133 f. Dissertação (Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. Tradução de Daniel Sanfelice. Edição Original: Smith, N. *Gentrification, the frontier and the restructuring of urban*

space. In: Readings in Urban Theory edited by Susan S. Fainstein and Scott Campbell (Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers, 1996).

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos das periferias urbana nas cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. *Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía – Universidad Nacional Autónoma de México*, Distrito Federal, México, nº 54, p. 114-139. 2004.

VILLARES, Henrique Dumont. *Urbanismo e indústria em São Paulo*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1946.